



## Congresso analisa veto a regras para novos municípios

Governo deve enviar nova proposta com regras diferentes, mais rígidas, para Sul e Sudeste. Ao todo, parlamentares examinam vetos totais ou parciais a 12 projetos

Hoje, às 19h, senadores e deputados se reúnem para examinar vetos presidenciais a 12 propostas. Falta acordo para o primeiro item da pauta: o veto integral ao projeto de lei complementar de Mozarildo Cavalcanti sobre a criação de municípios. Ao vetá-lo, a presidente Dilma afirmou que os novos municípios poderão gerar despesas sem a criação de novas receitas. Uma

possibilidade de resolver o impasse é a proposta do governo de encaminhar ao Congresso outro projeto para tratar da criação de municípios. O líder do PT, Humberto Costa, disse que hoje o texto chegará ao Congresso. A ideia do governo é regionalizar os critérios para as novas cidades, mantendo os estabelecidos no projeto de Mozarildo apenas para Norte, Nordeste e Centro-Oeste. **3**



Moreira Manz/Agência Senado

Governo aposta em novo projeto para conseguir entendimento com o Congresso

**Pressa no leilão pode prejudicar rede 4G, alertam conselheiros **6****

**Senadores ouvem Tombini sobre vulnerabilidade da economia **3****

**Pesquisa de medicamento em debate interativo hoje **7****



Ministério da Educação (MEC)

Taxa de analfabetismo vem caindo, mas ainda alcança 8,7% dos brasileiros

### Fim do analfabetismo custa menos que Copa, diz senador

Segundo Cristovam Buarque, erradicar o problema custaria R\$ 3,5 bilhões ao ano, enquanto, com a Copa, o Brasil está gastando aproximadamente R\$ 35

bilhões. Números indicam que 56% dos analfabetos do país concentram-se em seis estados: Bahia, São Paulo, Minas, Pernambuco, Ceará e Maranhão. **7**

especial  
**Cidadania**

### Campanha quer atrair mulheres para a política

Será lançada amanhã no Congresso campanha institucional inédita do Tribunal Superior Eleitoral para conscientizar a população sobre a grave sub-representatividade feminina na política

brasileira. De cada dez eleitos, nove, em média, são homens.

A ação é fruto de emenda incluída pelo Senado na minirreforma eleitoral aprovada pelo Congresso no ano passado. **4 e 5**

**Plenário deve votar benefício para presos que tenham filhos **2****

**Floresta Nacional de Brasília terá projeto para novos limites **8****

## Igualdade de gênero é a melhor política



O Senado considera fundamental que haja mais mulheres na política. Tanto que em 2013 a Casa aprovou a minirreforma eleitoral, permitindo ao TSE fazer propaganda de incentivo à participação feminina na atividade. Assim, a primeira campanha será lançada amanhã em sessão solene do Congresso Nacional. A igualdade de gênero dá um grande passo no mesmo local em que a minirreforma nasceu: o Senado Federal.

Sessão solene de lançamento da campanha do TSE  
19 de março, 12h – Plenário do Senado Federal



# Filhos de pai ou mãe presos poderão ter visita garantida

Já aprovada pela Câmara, proposta do Executivo prevê ainda que a destituição do poder familiar não é automática em caso de condenação a prisão e garante ao preso o direito de ser ouvido no processo

O PLENÁRIO DO Senado pode votar hoje projeto que assegura a convivência familiar — por meio de visitas periódicas — a filhos de pai ou mãe presa. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 58/2013, de iniciativa do Executivo, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir esse direito.

O texto também estabelece que a condenação criminal não implica automaticamente a destituição do poder familiar. Essa situação só aconteceria em caso de crime doloso praticado contra o próprio filho e punível com reclusão. Ainda na hipótese de destituição do poder familiar, a proposta

exige que a citação do preso seja pessoal. Nesse momento, o oficial de justiça deverá dar ao condenado a possibilidade de nomear um defensor para representá-lo no processo. Por fim, garante que pai ou mãe sejam ouvidos pessoalmente pelo juiz.

O relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH), Eduardo Suplicy (PT-SP), ressaltou a importância da família para as crianças e adolescentes. Para ele, essa convivência é um direito natural, que tem fundamento na própria essência do ser humano. Suplicy acrescentou que pais, mães e filhos têm direito de manter os laços afetivos.

Na visão de Humberto Costa (PT-PE), relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é imprescindível reconhecer a importância, para crianças e adolescentes, do convívio com os pais e mães. Esse convívio, argumentou o senador, é essencial para o desenvolvimento pleno dos filhos e um estímulo importante para a reabilitação de um preso.

— A família é, sem dúvida, um dos espaços importantes para a formação dos jovens, inclusive para evitar que eles venham a cometer os mesmos erros que seus pais — disse.

Se aprovada, a matéria seguirá para sanção.



Na sessão, Mozarildo recebe homenagem de representantes da organização

## Virtudes cultivadas pela Ordem DeMolay são destacadas Plenário

Amor filial, crença em Deus, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo. Essas sete virtudes cultivadas pela Ordem DeMolay — organização apoiada pela Maçonaria e dedicada à formação social e espiritual de jovens de 12 a 21 anos — foram exaltadas ontem em sessão especial do Senado. A solenidade, requerida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), serviu para celebrar o Dia do DeMolay,

comemorado hoje, e para lembrar os 700 anos da morte do francês Jacques DeMolay, patrono da ordem.

Fundada nos Estados Unidos em 1919, a Ordem DeMolay se estabeleceu no Brasil em 1980 e reúne, hoje, quase 30 mil membros no país. Cristovam Buarque (PDT-DF), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Cícero Lucena (PSDB-PB) reconheceram a importância dos valores cultivados pela organização.



Texto a ser analisado pelo Plenário do Senado recebeu parecer favorável de Eduardo Suplicy e Humberto Costa

## Agressor de mulher em geral é um homem próximo, alerta Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) discursou ontem sobre a morte da professora Paula Velleda, 32 anos, que, na semana passada, foi assassinada a tiros pelo ex-namorado na cidade de Rio Grande (RS). A senadora lamentou que autores de crimes contra mulheres sejam pessoas próximas às vítimas, como maridos, companheiros ou namorados.

Segundo Ana Amélia, o motivo do assassinato de Paula foi o fim do relacionamento. Isso mostra, disse ela,



que muitos homens ainda pensam que as mulheres pertencem a eles. A senadora lembrou que apenas dois terços dos casos de violência contra mulheres são comunicados às autoridades policiais.

— As estatísticas mostram que, em 2013, a cada 38 horas uma mulher sofreu atentado à vida no Rio Grande do Sul. As cidades que lideram a violência são Porto Alegre, com 36 notificações; Rio Grande, com 11; e Caxias do Sul, com 10 — afirmou.

## Comissão celebra Dia Internacional da Mulher com debate

Para comemorar o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove audiência hoje com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; a representante do Ipea, Natália Fontoura; e o Secretário Nacional de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães Júnior. O requerimento para o debate foi de Ângela Portela (PT-RR, foto).



## Filmar interrogatório pode ser obrigatório

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar amanhã projeto que altera o Código de Processo Penal, determinando a gravação em áudio e vídeo da inquirição de testemunha e indiciado em inquérito policial. O texto (PLS 3/2012) estabelece ainda que o mate-

rial deve ser armazenado por até dois anos, salvo quando o juiz estabelecer outro prazo.

Segundo o autor da proposta, José Pimentel (PT-CE), o objetivo é garantir que indiciados não tenham seus direitos fundamentais feridos nos interrogatórios e garantir o momento da coleta da prova,

pois muitas vezes não há como reproduzir a prova gerada na sede do inquérito.

O relator da matéria, Sérgio Petecão (PSD-AC), apresentou voto favorável com emendas, entre elas a que prevê o armazenamento da gravação até o julgamento da apelação em segunda instância.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Criação de ministérios

14h Primeiro item da pauta é a proposta que dificulta a criação ou a extinção de estatais, ministérios e demais órgãos públicos.

#### PRESIDÊNCIA 50 anos do Orçamento

9h Seminário 50 anos da Lei Geral dos Orçamentos; às 15h30, recebe a senadora Ana Rita, acompanhada de João Vicente Goulart; às 16h, preside a ordem do dia; às 17h, Encontro Nacional de Municípios; às 19h, preside a sessão do Congresso.

#### CMA Regularização fundiária

8h30 Analisa projeto que dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social.

#### CCT A Voz do Brasil

9h Projeto que declara patrimônio cultural imaterial o programa *A Voz do Brasil*.

#### CAE Presidente do Banco Central

10h Na pauta, empréstimo do Paraná junto ao BID de US\$ 8,5 milhões para financiar Programa de Gestão Fiscal. Às 11h, ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre perspectivas da política monetária.

#### CE Capacitação de jovens

11h Analisa projeto que concede incentivo tributário a empresas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigo ou casas de reabilitação.

#### CAS Pesquisa de medicamentos

11h A Comissão de Assuntos Sociais debate o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país.

#### CDH Dia da Mulher

11h Audiência pública para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Foram convidados a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; a representante do Ipea Natália Fontoura; e o secretário Nacional de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães Júnior.

#### CCJ Procurador municipal

14h Debate a criação de carreira de procurador municipal com o presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Antônio Oliveira.

#### CONGRESSO Análise de vetos

19h Apreciação de vetos presidenciais como os que tratam da criação de municípios, de recursos a universidades comunitárias e da travessia de pedestres.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30 reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 11h, audiência pública da **Comissão de Assuntos Econômicos**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Parlamentares se reúnem hoje para analisar vetos totais ou parciais a 12 propostas. Entre elas, a mais polêmica é a que trata de regras para novos municípios

# Congresso volta a examinar criação de municípios

SENADORES E DEPUTADOS se reúnem hoje, a partir das 19h, para examinar vetos presidenciais a 12 propostas. O primeiro item da pauta é o veto integral ao projeto que trata da criação de novos municípios (PLS 98/2002 — Complementar), que devia ter sido votado no mês passado, mas a sessão acabou suspensa por falta de acordo.

Ao vetar, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o projeto contraria o interesse público, uma vez que os novos municípios poderão gerar despesas sem a criação de novas receitas, impactando negativamente a sustentabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica.

Já o autor do projeto, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), lembrou que o texto foi aprovado por 312 deputados e 53 senadores, o que sugeriria uma propensão à derrubada do veto. Ele confessa achar desconsideração com o Congresso o veto a um projeto que tramitou por mais de 12 anos.

— Não consigo entender o motivo da preocupação do governo. O nosso projeto é moralizador. Se tivesse sido

aprovado há 17 anos, teria evitado a farra da criação de cerca de 2,5 mil municípios, como aconteceu de duas décadas para cá — disse.

Uma alternativa ao impasse é a proposta do governo de encaminhar ao Congresso um novo projeto para tratar da criação de municípios. O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que hoje o texto chegará ao Parlamento, o que possibilitará entendimento e a manutenção do veto. A ideia do governo é regionalizar os critérios para as novas cidades, mantendo os propostos pelo Congresso apenas para Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com regras mais rígidas para Sul e Sudeste.

— Essa proposta vai dar uma conotação mais regional à possibilidade de criação de novos municípios. Isso é uma demanda justa, especialmente para os estados do Norte e algumas situações do Nordeste.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), disse ter dúvidas quanto ao apoio à manutenção do veto. Para ele, houve um erro de origem, quando o governo não negociou o projeto durante a tramitação no Congresso.

Além disso, explicou, a questão ultrapassa os limites entre governo e oposição e entre lideranças e liderados.

— É uma questão federativa que envolve municípios em vários estados. Como sou municipalista, sou a favor da matéria. Como líder, vou ter que reunir a bancada para ouvi-la — esclareceu.

## Oposição

A oposição não manifestou uma posição consensual em relação ao projeto. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), disse que os tucanos estão liberados para votar como acharem mais apropriado.

— A minha posição pessoal é pela manutenção do veto. Votei contra esse projeto quando foi apreciado pelo Senado e vou manter minha posição — afirmou.

Na sessão, o Congresso vai examinar vetos totais e parciais a outras 11 propostas, como a chamada minirreforma eleitoral, constante do PLS 441/2012. Eunício aposta que, nesses casos, não haverá polêmica, uma vez que os entendimentos já foram feitos.

## Justificativas

- ▶ **Veto 51/2013** (PLC 323/2009, que autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia)  
A criação de conselhos, entidades da administração pública, demanda iniciativa do presidente da República. Projeto é marcado por vício de iniciativa.
- ▶ **Veto 52/2013** (PLS 441/2012, que trata da minirreforma eleitoral)  
O parágrafo que proíbe a pintura ou a afixação de faixas de propaganda eleitoral em bens particulares, como casas e muros, limita o direito de os cidadãos manifestarem as convicções político-partidárias. O abrandamento da punição a partidos que tiverem prestação de contas rejeitada pela Justiça reduz a eficácia da fiscalização pela Justiça Eleitoral. A permissão para que associações sem fins lucrativos possam fazer doações a partidos políticos foi vetada. A permissão exclusiva das cooperativas. Também foram vetados dois parágrafos que especificavam a forma como deve ser feita a prestação de contas dos gastos partidários com passagens aéreas.
- ▶ **Veto 53/2013** (PLC 48/2012, que obriga a construção de estações de apoio para motoristas de ônibus e caminhão em rodovias federais)  
O projeto levaria a aumento dos gastos na concessão e consequente aumento de tarifas de pedágio e custos gerais de transporte. Para o Executivo, mostra-se mais adequado avaliar a melhor solução caso a caso.
- ▶ **Veto 54/2013** (PLC 81/2013, que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural)  
A composição do Conselho Assessor Nacional da Anater, tratada no artigo 4º, deve ser feita por meio de regulamento. Além disso, é imprópria a inclusão de representantes da própria agência em órgão de assessoramento externo.
- ▶ **Veto 55/2013** (PLN 2/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO)  
Foram vetados 195 dispositivos. Entre eles, o que exclui das regras de contingência orçamentária despesas como segurança em grandes eventos, reconstrução da Estação Antártica e ações de prevenção a desastres. Outro veto retirou as referências de preços com parâmetros para a contratação de obras rodoviárias e de construção civil.
- ▶ **Veto 56/2013** (PLS 348/2007, que inclui a carne de porco na Política de Garantia de Preços Mínimos)  
Não há necessidade de uma lei porque o setor já pode ser incluído por ato infralegal. Além disso, a proposta poderia gerar obrigações permanentes, o que não combina com a atual política de garantia de preços mínimos.
- ▶ **Veto 57/2013** (PLS 188/2007, que trata da meia-entrada)  
A comprovação da condição de estudante para a concessão do benefício não deve estar prevista na lei federal por se tratar de competência dos municípios. A exigência para que idosos apresentem documento de identidade na compra do ingresso já é regulada pelo Estatuto do Idoso. A perda definitiva da autorização para a emissão de carteiras poderia prejudicar associações que nunca cometeram irregularidades.
- ▶ **Veto 1/2014** (PLN 13/2013, Plano Plurianual da União)  
A construção de trechos da BR-342 no Espírito Santo não contou com estudos prévios de viabilidade técnica, social, ambiental e econômica, o que poderia comprometer as obras.

## Governo crê em acordo sobre veto a regras para novas cidades



Braga espera entendimento sobre regras para criação de municípios

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), se reúne hoje com os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), além de outros integrantes da base aliada na Casa, na busca de um acordo para a manutenção do veto ao projeto que estabelece regras

para a criação de municípios. Em entrevista à Agência Senado, Braga disse que o projeto alternativo do governo federal sobre o tema está pronto e será objeto da negociação. Com isso, ele espera que o veto ao PLS 98/2002 — Complementar não seja derrubado.

Um dos objetivos do governo

federal é definir modelos diferentes para a criação de municípios, por um critério regional. Assim, as regras estabelecidas pelo PLS 98/2002 poderão ser mantidas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas ficariam mais rígidas para as Regiões Sudeste e Sul.

O veto total ao projeto que

trata da criação de novos municípios consta da pauta da reunião do Congresso marcada para a noite de hoje. No total, são 12 vetos à espera de votação. O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), disse na semana passada que para os demais não deverá haver dificuldades para a manutenção dos vetos.

## Governo corta quase R\$ 800 milhões em emendas individuais

O governo federal contingenciou todas as emendas individuais, um total de R\$ 793 milhões, que ficaram fora da regra do orçamento impositivo estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — Lei 12.919/2013) para 2014.

A avaliação foi feita pela Consultoria de Orçamento da Câmara, em nota técnica que analisou o corte geral de R\$ 44 bilhões (R\$ 13,3 bilhões em emendas) na peça orçamentária deste ano, anunciado pelo Executivo em 20 de fevereiro (Decreto 8.197/2014).

Pelo orçamento impositivo, o governo deve executar as emendas parlamentares individuais até o limite de 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, sendo metade do

valor dessas emendas necessariamente destinada para ações e serviços públicos de saúde.

Para a execução das emendas, a quantia estabelecida na LDO é calculada a partir da RCL realizada no ano anterior, ou seja, executa-se em 2014 a proporção de 1,2% do que foi arrecadado em 2013 (R\$ 7,87 bilhões). Já na hora de apresentar as emendas, cada deputado e senador se baseou na RCL de 2014 prevista na proposta orçamentária enviada pelo Executivo (R\$ 8,72 bilhões). Na prática, R\$ 793 milhões ficaram fora da regra da execução obrigatória — a diferença entre o valor destinado pelos parlamentares para emendas individuais e a quantia real que deve ser executada.

## Tombini falará hoje sobre vulnerabilidade da economia



Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, estará no Senado hoje para falar sobre a situação da economia.

Também terá de explicar denúncias sobre apropriação ilegal de cadernetas de poupança inativas por parte da Caixa Econômica Federal. A vulnerabilidade da economia brasileira é outro tema a ser tratado pelos senadores.

A audiência, promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), está marcada para as 11h. A visita é feita de forma regular, a cada três meses, de acordo com o Regimento Interno do Senado.

## Comissão analisa projeto que protege microempresas



Marcos Oliveira/Agência Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai examinar hoje o PLS 323/2010, que trata do uso da substi-

tuição tributária. O relator é Armando Monteiro (PTB-PE), que informou ter a intenção de impor limites a esse mecanismo de arrecadação usado no recolhimento de ICMS e de IPI.

O assunto foi debatido no dia 11, quando Monteiro e Gleisi Hoffmann (PT-PR) reclamaram de estados que abusam do instrumento, comprometendo os benefícios fiscais oferecidos pelo regime Simples a pequenas e microempresas.

## Regime simplificado para todas as licitações públicas vai a votação



Gerardo Magalhães/Agência Senado

O relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) para a Medida Provisória (MP) 630/2013, que trata do Regime Dife-

renciado de Contratações Públicas, poderá ser votado hoje pela comissão mista que analisa o texto.

Gleisi propôs prazos mais curtos e procedimentos simplificados para a contratação de obras e serviços de engenharia pela administração pública e estende esse tipo de regime, criado para acelerar as obras da Copa, para todas as licitações e contratos da União, estados e municípios.

(Com a Agência Câmara)

LINHA DO TEMPO

<b>1910</b> No início do século 20, as mulheres brasileiras já se mobilizavam pelo direito ao voto. Em 1910, é fundado o <b>Partido Republicano Feminino</b> .	<b>1922</b> Surge a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por <b>Bertha Lutz</b> (na foto, 2ª à direita, sentada).	<b>1927</b> A primeira eleitora brasileira é registrada. A professora <b>Celina Guimarães Viana</b> , do Rio Grande do Norte, consegue o alistamento com base na constituição do estado, que previa o direito ao voto "sem distinção de sexo".	<b>1929</b> A primeira prefeita do Brasil (e da América Latina), <b>Alzira Soriano</b> , é eleita em Lajes, também no Rio Grande do Norte.	<b>1932</b> A decisão do Congresso de instituir o voto feminino, em 1930, é ratificada por decreto dois anos depois. Com a promulgação do <b>novo Código Eleitoral</b> , as mulheres ganham o direito de votar e de se candidatar a cargo eletivo.	<b>1934</b> O voto feminino torna-se direito constitucional. <b>Carlotia Pereira de Queiroz</b> (eleita em 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte por São Paulo) é a primeira deputada federal.	<b>1979</b> <b>Eunice Michiles</b> (esq.), suplente de senador, assume mandato no Senado, pelo Amazonas. Dois anos depois, <b>Laélia de Alcântara</b> (dir.), também eleita suplente, torna-se a primeira senadora negra.	<b>1990</b> <b>Júnia Marise</b> (esq.) e <b>Marluce Pinto</b> (dir.) são as primeiras senadoras eleitas como titulares, por voto direto.	<b>1986</b> <b>Alzira Fleming</b> , eleita vice-governadora, é a primeira mulher a exercer o governo de um estado, o Acre. A primeira governadora eleita como titular foi <b>Roseana Sarney</b> , em 1994, no Maranhão.	<b>1995</b> No mesmo ano em que a 4ª Conferência sobre Mulheres, na China, determina aos países a tomada de medidas para eliminar a discriminação por gênero, o Brasil aprova a <b>Lei 9.100</b> , que garante às mulheres uma cota de 20% nas chapas das candidaturas. Dois anos depois, em 1997, é aprovada a <b>Lei 9.504</b> (Lei das Eleições), que aumenta a cota para 30%. No entanto, a lei não obriga os partidos a cumprirem o percentual.	<b>2009</b> Com a <b>Lei 12.034</b> , os partidos passam a ser obrigados a preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.	<b>2010</b> O Brasil elege a primeira presidente, <b>Dilma Rousseff</b> .
---	--	---	---	---	--	--	---	--	---	---	--

Fonte: Livro Mais Mulher na Política e TSE

# Campanha do TSE incentiva mulher a participar da política

Pela primeira vez, o Tribunal Superior Eleitoral fará ação institucional de divulgação destinada a sensibilizar a sociedade sobre a importância de o país ter maior representatividade feminina no poder. A campanha, que será lançada amanhã no Congresso, é fruto de iniciativa do Senado

Tatiana Beltrão

EMISSORAS DE RÁDIO e TV de todo o país começam a veicular nos próximos dias um convite às mulheres para que se façam mais presentes nos espaços de poder, concorrendo a cargos eletivos. A campanha, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), será lançada amanhã em sessão do Congresso, em 12h, no Plenário do Senado, com presença do presidente do tribunal, ministro Marco Aurélio.

A iniciativa pretende conscientizar a população sobre a grave sub-representatividade feminina na política brasileira. O Brasil é um dos países com piores índices de participação de mulheres no Legislativo e no Executivo: de cada dez eleitos, nove, em média, são homens. E, apesar de termos elegido uma presidente da República, ocupamos um constrangedor 156º lugar num ranking de 188 nações sobre igualdade na presença de homens e mulheres nos parlamentos (*veja quadro*).

Com o slogan "Faça parte da política" e a hashtag #vemprouna, será a primeira campanha institucional do TSE sobre o tema. A ação é fruto de emenda incluída pelo Senado na minirreforma eleitoral (Lei 12.891/2013), aprovada pelo Congresso no ano passado. A lei estabelece que, em anos eleitorais, de março a junho, o TSE "poderá promover

propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política". Assim, a primeira campanha já terá como foco as eleições deste ano.

Autora da emenda na minirreforma, a procuradora da Mulher no Senado, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), acredita que a ação do TSE vai chamar a atenção do país para o problema da sub-representatividade. Ela diz que as questões que restringem o acesso delas aos espaços de poder não são típicas do Brasil, acontecem em todo o mundo. A diferença, afirma, é que outras nações procuram mecanismos de combate, enquanto no Brasil o avanço é lento e o Estado pouco se manifesta.

— Desde a conquista do direito ao voto pelas mulheres, a evolução de nossa presença no Parlamento é pequena. As mudanças são 52% do eleitorado, mas menos de 10% nos parlamentos. Falta estabelecer políticas que permitam essa participação, faltam campanhas permanentes que esclareçam a sociedade.

**Discriminação**

No Congresso, as representantes do sexo feminino são apenas 9 dos 81 senadores e 45 dos 513 deputados. A desproporção se repete nos Legislativos e Executivos estaduais e municipais.

Quando avalia causas da baixa representatividade, Vanessa frisa que é equivocada a ideia de que "mulher não gosta de política, não quer concorrer". A questão, acredita, é mais complexa:

— Elas não concorrem não porque não querem, mas porque não têm espaço, são discriminadas nos partidos.

Também para a secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, Vera Soares, a sub-representação no Brasil é inquietante, pois não condiz com o avanço feminino na sociedade. Apesar das barreiras culturais que ainda enfrentamos na questão de gênero, o país tem um ambiente que propiciaria maior participação, analisa.

— As mulheres brasileiras têm conquistas importantes em vários campos: temos uma presidente mulher, nossa escolaridade é maior, a participação na economia e a inserção no mercado de trabalho são crescentes. E temos um forte movimento social com presença feminina marcante.

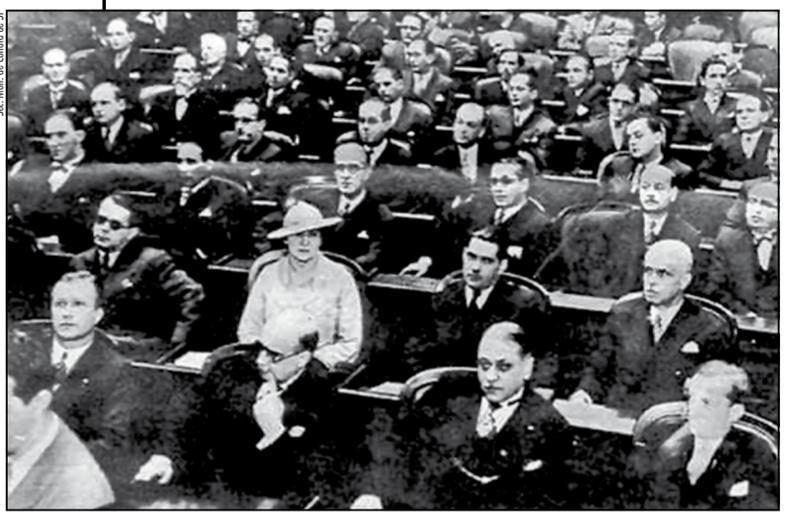
Vera cita pesquisa recente do Ibope e do Instituto Patrícia Galvão que revelou que oito em cada dez brasileiros acreditam que deveria ser obrigatória a participação paritária de mulheres e homens nas Casas legislativas e 74% afirmam que só há democracia de fato com a presença

de mais mulheres nos espaços de tomada de decisão. "Isso mostra cultura política junto à população", diz a secretária, que defende a mudança da legislação eleitoral como uma das principais estratégias para promover a igualdade no poder.

**Cotas**

A legislação eleitoral estabelece que os partidos devem preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo — medida que, na prática, destina-se a garantir uma reserva de vagas para as candidatas. Também determina o repasse de no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário para criação de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. A lei prevê ainda que pelo menos 10% do tempo de propaganda partidária gratuita seja destinado às mulheres.

Tudo isso, porém, não tem bastado. Muitos partidos apenas inscrevem mulheres nas chapas, sem investir de fato nas campanhas delas. Em encontro com parlamentares e representantes do Executivo no Congresso, em dezembro, a subprocuradora-geral da República Ela Wielek disse que o Ministério Público vem punindo legendas pelo descumprimento da lei. Segundo a subprocuradora, muitos partidos têm usado "mulheres-laranja" para cumprir a cota. No Rio de



Rodeadas por homens, a primeira deputada, Carlotia de Queiroz, em 1934, e, quase 80 anos depois, a primeira presidente, Dilma Rousseff, em 2011: apesar dos avanços, elas são pouco mais de 10% nos Legislativos e Executivos municipais, estaduais e federais



Rodeadas por homens, a primeira deputada, Carlotia de Queiroz, em 1934, e, quase 80 anos depois, a primeira presidente, Dilma Rousseff, em 2011: apesar dos avanços, elas são pouco mais de 10% nos Legislativos e Executivos municipais, estaduais e federais

Janeiro, por exemplo, o MP identificou cerca de 1,4 mil candidatas que quase não tiveram votos nem gastaram com campanha, o que seria um indicio da fraude.

— Isso quer dizer que a lei de cotas não está sendo suficiente. Partidos têm encontrado caminhos para perpetuar essa diferença entre gêneros — criticou.

Na avaliação de Vanessa, é preciso uma reforma política profunda para mudar o quadro. De outra forma, não se alcançará uma representação mais significativa que os 8%, 9% atuais, acredita. Para a senadora, o ponto-chave da mudança seria a adoção de listas fechadas de candidatos de cada partido, com alternância de nomes de homens e mulheres para garantir equilíbrio. Ela cita o exemplo da Argentina, onde a participação feminina saltou de 10% para 30% por conta da adoção da lista fechada, de cotas estabelecidas internamente pelas legendas e outras alterações no processo eleitoral.

Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara, a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) concorda.

— Lista fechada com alternância de gênero é a única forma. Com listas pré-ordenadas, você garante a cota de vagas, e não apenas a cota de candidaturas.

Fiscalização eficaz para fazer com que os partidos cumpram a lei é outra estratégia, frisa a deputada. A Bancada Feminina do Congresso e as Procuradorias Especiais da Mulher do Senado e da Câmara têm conversado com integrantes do MP e do TSE para que endureçam normas de

controle, fiscalização e punição dos partidos que não cumprem a lei, como aconteceu no Rio de Janeiro e em São Paulo (onde legendas foram punidas por não destinarem recursos do fundo às candidaturas femininas, não cumprir cota ou desrespeitar o tempo de TV). Em encontro com a Bancada Feminina no TSE em dezembro, o ministro Marco Aurélio já havia garantido a senadoras e deputadas mais fiscalização neste ano, além da execução da campanha de divulgação proposta na minirreforma.

A campanha segue com outras ações. Em dezembro, foi lançado o livro *Mais Mulher na Política — mulher, tome partido!*, com dados que mostram a baixa presença feminina na política e propostas para enfrentamento do problema. Agora, a estratégia é levar a mensagem aos dirigentes partidários e às mulheres nos estados e municípios.

Outro fator de motivação de alcance regional é a atuação direta das parlamentares na conscientização das mulheres em suas bases eleitorais. A senadora Ana Amélia (PP-RS) relata que já incentivou mulheres em seu estado a participarem da política, inclusive como candidatas. Para ela, o exemplo das eleitas, que se tornam referência em suas regiões e inspiram outras mulheres, pode ser fator de motivação tão efetivo quanto as cotas.

— O aumento na participação feminina na política se dará mais pela atuação das mulheres como exemplo, ao mostrarem que a atividade é essencial no regime democrático e que é um trabalho sério, relevante.

**Cenário da desigualdade**

ELAS OCUPAM CADA VEZ MAIS ESPAÇO NA SOCIEDADE...

- 51,5% da população brasileira
- 51,7% do eleitorado
- 41,9% dos postos de trabalho
- 38% das famílias são chefiadas por mulheres

Embora recebam 27% menos que eles

Têm mais escolaridade — 7,5 anos de estudo, contra 7,1 dos homens — e também estão mais presentes nas universidades

...MAS SÃO MINORIA NOS ESPAÇOS DE PODER

- Prefeitas: 12%
- Vereadoras: 13%
- Governadoras: 12%
- Deputadas estaduais: 14%
- Deputadas federais: 9%
- Senadoras: 13%

Fontes: IBGE, TSE e livro Mais Mulher na Política

**Participação feminina nos parlamentos**

De acordo com levantamento elaborado pela União Interparlamentar (IPIU), o Brasil é um dos países que têm menos mulheres no Poder Legislativo federal: no ranking de 188 países, ocupamos a 156ª posição. A situação também é preocupante quando se consideram apenas nações da América Latina: somente quatro (Panamá, São Cristóvão e Nevis, Haiti e Belize) têm índices mais baixos de participação.

1ª Ruanda	56,3%
2ª Andorra	50%
3ª Cuba	45,2%
4ª Suécia	44,7%
5ª Seychelles	43,8%
6ª Senegal	42,7%
7ª Finlândia	42,5%
8ª África do Sul	42,3%
9ª Nicarágua	40,2%
10ª Islândia	39,7%
...	...
19ª Argentina	37,4%
50ª Bolívia	25,4%
76ª Peru	21,5%
99ª Paraguai	17,5%
103ª Venezuela	17%
119ª Chile	14,2%
136ª Colômbia	12,1%
137ª Uruguai	12,1%
156ª BRASIL	8,6%

\* Como nem todos os parlamentos se dividem em duas câmaras (alta e baixa), o ranking considera, conforme o país, ou a câmara única ou apenas a câmara baixa. No Brasil, a câmara baixa é a Câmara dos Deputados.

Fonte: União Interparlamentar (IPIU), em 1º de setembro de 2013. Publicado no livro Mais Mulheres na Política



Em dezembro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Jô Moraes se reuniram com o ministro Marco Aurélio



Plataforma Mais Mulheres no Poder, da SPM, será lançada hoje

**Saiba mais**

Livro *Mais Mulher na Política — mulher, tome partido!*  
http://bit.ly/maisMulher

Programação do Mês da Mulher no Congresso  
http://bit.ly/mesMulher

Site Mais Mulheres no Poder, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)  
http://bit.ly/MaisMulheresNoPoder

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

# Conselheiros veem pressa no leilão para telefonia 4G

Consulta pública do edital em abril preocupa integrantes do Conselho de Comunicação do Congresso, que apontam pendências e advertem para possíveis interferências na TV aberta, até com interrupções

SEM A PRESENÇA do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o Conselho de Comunicação Social do Congresso adiou, com data a confirmar, a audiência que aconteceria ontem sobre violência contra jornalistas. Mas houve reunião sobre o leilão da faixa de 700 MHz para a telefonia 4G, cujo edital irá a consulta pública em abril, conforme anúncio feito pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A decisão sobre a data foi considerada apressada por alguns conselheiros, já que haveria pendências técnicas e econômicas, incluindo testes de transmissões.

O primeiro a se manifestar sobre o leilão da banda 4G foi o conselheiro Celso Augusto Schröder, representante dos jornalistas, tendo por base uma carta sobre o tema expedida pela Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (Abepec). A entidade defende que parte da faixa 700 MHz seja reservada à expansão de televisões públicas em locais onde esses canais não existam. Por isso, a entidade pede que o leilão seja suspenso.

Alexandre Kruehl Jobim, que representa as empresas de imprensa escrita, avaliou que a pressa do governo em lançar o edital tem relação com a atual situação adversa das contas públicas. Segundo



Dom Orani e Fernando César, presidente e vice do conselho, conduzem a reunião

ele, o governo quer adiantar a arrecadação de recursos para melhorar o superávit.

A conselheira Liliana Nakochnyj, suplente da área técnica de comunicação, apontou como preocupante o fato de o leilão estar sendo anunciado sem a conclusão da fase de testes das transmissões, a cargo da própria Anatel. Como resultado, segundo ela, a população poderá ser surpreendida por interferências nas transmissões dos canais abertos, com congelamento de imagens e interrupção de sinal.

## Radioamadores

Além de definir medidas técnicas mitigadoras, acrescentou Liliana, o edital também precisaria deixar claro definições a respeito das indenizações em favor dos que hoje ocupam a faixa 700 MHz (como os radioamadores). Segundo ela, em audiência pública rea-

lizada pelo próprio conselho, a Anatel se comprometeu em solucionar todas as pendências antes de lançar o edital.

— Mas o processo continua andando, num clima de acodamento para fazer os leilões. Tememos que as promessas aqui feitas não sejam cumpridas — afirmou a conselheira.

A primeira sugestão de nova data para a audiência sobre violência contra jornalistas é 7 de abril, a ser confirmada pelo ministro, segundo o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta, presidente do conselho. O tema é frequente nas reuniões do conselho. Ontem mesmo o conselheiro José Catarino do Nascimento registrou caso de agressão contra um radialista de Sento Sé (BA). A casa do profissional de comunicação foi invadida e ele recebeu socos de advogado contrariado com denúncias.

## A Voz do Brasil motiva projetos antagônicos

O conselho tratou também do programa *A Voz do Brasil*, objeto de dois projetos de lei antagônicos no Congresso. Um deles é o PLS 19/2011, da ex-senadora Marinor Brito, que visa declarar o programa patrimônio cultural imaterial, com manutenção do formato e do horário, às 19h. O outro (PL 595/2003), na Câmara, sugere a flexibilização do horário, sem exigência de cadeia nacional.

Para Maria José Braga, que representa a Federação Nacional dos Jornalistas, a importância histórica do programa justifica o projeto de Marinor. Jobim observou que o Instituto Patrimônio Histórico Nacional já se posicionou de forma contrária e que os índices de audiência são baixos.

Schröder disse que *A Voz do Brasil* nasceu como parte de projeto autoritário de Esta-

do, mas hoje é um programa jornalístico eficaz e contribui para a construção do sentimento de unidade nacional.

Daniel Pimentel Slaviero, das empresas de televisão, disse que a transmissão em cadeia provoca transtornos. Ele citou a impossibilidade de as emissoras entrarem ao vivo e lembrou que neste ano a Copa do Mundo terá jogos na faixa das 19h.

## Aloysio Nunes pede medidas contra difamação pela internet

O líder do PSDB, senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), disse que é “mais do que urgente” que a sociedade brasileira repudie o uso indevido da internet por partidos políticos que tentam difamar e caluniar adversários políticos. Segundo ele, é comum o uso de “robôs” como verdadeiras armas por partidos, repetindo mensagens caluniosas.

O parlamentar lembrou que é possível se defender



Marcos Oliveira/Agência Senado

de calúnias ditas por pessoas que divulgam notícias falsas, mas questionou o que fazer quando são máquinas cumprindo esse papel. Para ele, é preciso que

o Congresso e a sociedade encontrem uma solução para impedir a prática.

— É urgente repudiar essas práticas, denunciarmos atos criminosos que na luta política acabam por contaminar a internet — afirmou.

## Para Humberto, nova regras de direitos autorais serão mantidas

Após participar de audiência ontem no Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Humberto Costa (PT-PE) disse acreditar na confirmação da constitucionalidade da Lei 12.853/2013, que alterou as regras de direitos autorais. No ano passado, o senador relatou o projeto que deu origem à lei (PLS 129/2012).

— Acredito que vamos conseguir o reconhecimento do Supremo de que a lei não somente é constitucional, como também é muito boa para o Brasil — declarou o senador.

As ações diretas de inconstitucionalidade foram movidas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad, ADI 5.062) e pela União Brasileira de Compositores (ADI 5.065). A alegação do Ecad é de que as mudanças ferem princípios como o da ordem econômica, da liberdade de associação, da livre iniciativa, o direito de propriedade e a

privacidade dos autores.

Para Humberto, é importante que o STF possa ouvir a sociedade antes de tomar uma decisão dessa envergadura. Na visão do senador, o texto trouxe uma profunda mudança no sistema de gestão coletiva de direitos autorais e garantiu mais transparência à arrecadação.

— A lei determina transparência no que diz respeito à arrecadação e à distribuição dos direitos autorais, permite maior fiscalização por parte dos autores e garante a democratização do sistema para que só aqueles que são detentores de direito possam tomar as decisões — explicou.

Para ele, essas mudanças fizeram com que o Ecad seja contra a lei, que também diminuiu a taxa de administração cobrada pela entidade. Antes, o percentual chegava a 25%. Com a nova lei, haverá uma redução progressiva e as taxas serão de, no máximo, 15%.



Fux preside debate que também contou com artistas como Lobão e Frejat

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Cristovam: fim do analfabetismo custaria muito menos que Copa

Na CDH, especialistas afirmaram que 56% dos analfabetos do país estão em apenas seis estados (BA, SP, MG, PE, CE e MA)

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) afirmou ser inadmissível o Brasil continuar convivendo com o analfabetismo, um problema, segundo ele, imoral e que não exige muitos recursos para ser combatido. O assunto foi tratado ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com o senador pelo Distrito Federal, um programa de erradicação em âmbito nacional custaria R\$ 3,5 bilhões ao ano, quantia pequena, como observou, se comparada a outros gastos, como os destinados à realização da Copa do Mundo.

— Isso não é nada para um país que tem R\$ 4 trilhões de renda, R\$ 2 trilhões de receita do setor público e que gasta na Copa R\$ 35 bilhões. Não é possível esse problema ainda continuar — afirmou o parlamentar, que também criticou o dinheiro gasto na construção, em Brasília, do Estádio Nacional Mané Garrincha. A obra teve sobrepreço de R\$ 400 milhões detectado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Cristovam voltou a defender a federalização da educação, visto que, segundo ele, não há como deixar a tarefa nas mãos de prefeitos e de governadores, principalmente aqueles das cidades e estados mais pobres. O senador é autor de projeto de decreto legislativo (PDS 460/2013) que convoca plebiscito para consultar os eleitores sobre a transferência



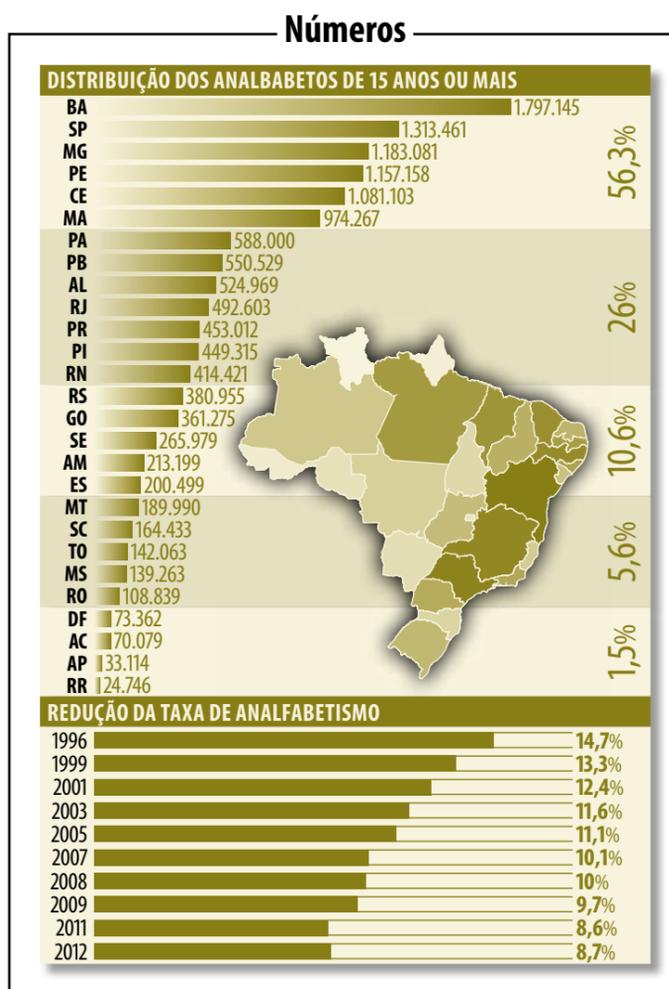
Cristovam Buarque (C) dirige audiência pública da Comissão de Direitos Humanos que tratou do analfabetismo

para a União da responsabilidade sobre a educação básica. A proposta está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No requerimento em que solicitou a audiência pública, Cristovam destacou relatório da Unesco segundo o qual o Brasil é o oitavo país em número de analfabetos jovens e adultos.

## Números

O diretor de Estatísticas Educacionais do Ministério da Educação, Carlos Eduardo Moreno Sampaio, apresentou números relativos ao problema. Alguns deles chamaram a atenção dos senadores, como o fato de seis estados (Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Maranhão) concentrarem 56% dos analfabetos do Brasil. Além disso, segundo ele, cerca de um terço dos analfabetos com 15 anos frequentou a escola, o que demonstra o fracasso do sistema.



Fonte: Inep

## Senador defende federalização do ensino público

A federalização do ensino público é o caminho para a qualidade da educação, afirmou ontem o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele disse que muitas escolas públicas, apesar de ministrarem ensino de qualidade, não podem ser multiplicadas porque as prefeituras não têm como arcar com os custos.

Ele citou como exemplo de sucesso cinco escolas públicas de Palmas e uma no Piauí, na cidade de Cocal dos Alves, apresentada pelo programa *Fantástico*, da TV Globo. A Escola Augustinho Brandão, sublinhou, capacita alunos para ingressar em qualquer universidade de qualidade.

Cristovam disse que os exemplos de Palmas, apesar de positivos, deixam a prefeitura preocupada devido ao fato de o município estar no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se esses custos fossem a cargo da União, com a federalização do ensino, argumenta o senador, todas as escolas teriam condições de ministrar ensino de qualidade.

— Há muitas prefeituras hoje no Brasil que não podem pagar um salário decente. Mas nenhuma pode pagar um salário decente sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como sempre fui um defensor da Lei de Responsabilidade Fiscal, só vejo uma maneira: usar recursos federais. Se não for assim, a Escola Augustinho Brandão não será repetida no estado do Piauí inteiro.

## Audiência aborda pesquisa clínica de medicamentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará audiência hoje, às 11h, para debater a regulação da pesquisa clínica de medicamentos no país. A audiência atende requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS) e terá caráter interativo, com participação por meio do Alô Senado.

Para o debate, estão convidados, entre outros, os presidentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, e da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Antônio Britto.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 11h

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CASmedicamentosAS>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCASmedicamentos>
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

## Humberto destaca importância da Copa

Olíder do PT, senador Humberto Costa (PE), afirmou que, nove meses após o início dos protestos do ano passado, o brasileiro começa a ver a Copa do Mundo por uma nova perspectiva: como uma oportunidade importantíssima para o país.

Prova disso, segundo o senador, é que houve mais de 10 milhões de pedidos de compra de ingressos, três vezes mais do que o número oferecido pela Fifa.

Para Humberto, é essencial que a população saiba que o governo federal não colocou nenhum centavo na construção dos estádios e que o dinheiro da União está sendo usado apenas nas obras de infraestrutura urbana, como rodovias, metrô, corredores de ônibus, VLTs e aeroportos. Os estádios, afirmou o senador, são investimentos dos governos estaduais e da iniciativa privada.



Moreira Matiz/Agência Senado

## Rolleberg denuncia problemas em estádio

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) registrou em Plenário ontem que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apurou superfaturamento de R\$ 431 milhões na construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

A informação foi publicada no final de semana pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Rolleberg lembrou que o custo da obra estava previsto inicialmente em R\$ 700 mil, mas os gastos já estão perto dos R\$ 2 bilhões.

— O governo do Distrito Federal praticamente não construiu nenhuma creche pública, mas, com esse dinheiro superfaturado, seria capaz de construir 240 creches — afirmou o senador.

Ele pediu também aos moradores de Brasília que se mobilizem contra pontos do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico da cidade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Alvaro critica suspensão de voos durante a Copa

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo federal por aceitar imposições da Fifa determinando restrições a voos de aeronaves próximos a estádios de futebol, em horários de jogos da Copa do Mundo.

De acordo com Alvaro Dias, cerca de 800 voos serão cancelados e outros 150 serão remanejados nas 12 cidades-sede, afetando 16 mil passageiros que devem ter os bilhetes cancelados.

— Mas o governo do Brasil não está nem aí com o povo brasileiro, quer agradar ao sr. Blatter, quer agradar à Fifa. Obedece cegamente, rasteja impotente diante da prepotência de uma entidade internacional. Um exemplo drástico da zona de exclusão imposta nas cidades-sede da Copa: na final, no Maracanã, a zona de exclusão terá duração de sete horas — protestou.



Moreira Matiz/Agência Senado

Proposta de lei feita com participação da comunidade será entregue ao Congresso para redefinir área de preservação ambiental que hoje tem assentamentos onde moram 6 mil produtores agrícolas

Marcos Oliveira/Agência Senado



Rollemberg (C) ouve Roberto Vizentin, do ICMBio, entre representantes dos moradores e dos governos federal e distrital

## Órgãos vão repensar limites para a Floresta de Brasília

PODE ESTAR PERTO de uma solução o problema da conservação da Floresta Nacional de Brasília, há mais de 50 anos ocupada por assentamentos de produtores agrícolas. Ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), órgãos federais e distritais se comprometeram a apresentar proposta de lei redefinindo os limites da área para conciliar a preservação da natureza e a ocupação dos agricultores.

A floresta foi criada por decreto em 1999 para ser um cinturão verde de preservação dos mananciais e do Parque Nacional de Brasília. São 9.346 hectares em quatro regiões: duas em Taguatinga e duas em Brazlândia. Há dois assentamentos anteriores à criação da área e seis acampamentos criados posteriormente, totalizando cerca de 6 mil pessoas.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que requereu a audiência, disse que a Terracap não concluiu a transferência das áreas e há indícios de forte processo de grilagem de terras e constituição de lotes urbanos.

Segundo o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizentin, a situação está cada vez pior. Ele explicou que algumas áreas já não cumprem mais o papel para o qual foram criadas, mas que a proteção dos mananciais pode ser ampliada.

O promotor de Justiça do

Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT), Paulo Farias, citou desafios como a transferência de domínio da terra para a União, que não foi feita. Além disso, enfatizou, é essencial implementar o plano de manejo e impedir as invasões.

— Quanto mais pessoas ocuparem, menor chance de resolver problemas — afirmou.

O representante dos moradores, Jorge Oliveira, fez um histórico da ocupação e apresentou uma proposta — fruto de consenso entre os moradores — a partir da criação de uma lei que reconfigure as áreas da Floresta Nacional de Brasília. Ele sugeriu a expansão da primeira área, que está praticamente intacta e onde está sediado o ICMBio.

### Interesse imobiliário

A segunda área da floresta, com 996,48 hectares, à beira do lixão da Estrutural e do Parque Nacional de Brasília, está bastante ocupada e tem alto interesse imobiliário. Oliveira considera difícil manter essa parte como unidade de conservação. Na terceira parte, de 3.071 hectares, onde há assentamentos antigos, a proposta é de redefinir as poligonais, retirando cerca de 1,6 mil hectares. Na quarta parte, Oliveira propõe também uma redefinição, pois há entraves de propriedades tituladas. Para o representante

dos moradores, os agricultores podem ser aliados do governo na preservação da natureza.

Rollemberg pediu aos representantes dos órgãos federais e distritais que apresentem o quanto antes uma proposta de lei ao Congresso. O senador acredita na possibilidade de convivência entre os agricultores, observando técnicas adequadas, e a natureza.

— Qualquer atividade que permaneça tem que ser compatível com a área de proteção de mananciais, porque precisaremos dessa água. Nós não poderemos viver o que São Paulo está vivendo lá no sistema Cantareira, que é a possibilidade de ficar sem água — ressaltou Rollemberg.

Representantes do ICMBio e do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) se propuseram a formar um grupo de trabalho, com a comunidade, para formular proposta de lei. Mas Vizentin ressaltou que não será possível, mesmo redefinindo a área da floresta, que todos continuem morando lá.

— O poder público haverá de adotar os seus outros instrumentos: indenizar os que têm direitos, desapropriar, se eventualmente houver proprietários legítimos, e assim por diante — ponderou.

Haverá outra audiência pública para apresentar à comunidade a proposta de solução para a conservação da Floresta Nacional de Brasília.

## Perdão de dívidas de assentados será discutido em audiência

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 636/2013 promove audiência pública hoje, às 14h30, para discutir o texto.

A MP institui linha especial de crédito para famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, além de perdoar dívidas dos assentados e estabelecer condições especiais de renegociação dos saldos remanescentes. Também permite ao assentado da reforma agrária quitar débitos assumidos para construção e reforma de habitações rurais com condições de pagamento semelhantes às atuais regras instituídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que integra o Minha



Moreira Mariz/Agência Senado

Casa, Minha Vida. O relator da MP, senador Wellington Dias (PT-PI, foto), deve apresentar o parecer no dia 26.

Foram convidados para o debate, entre outros, a ministra do Desen-

volvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; o coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério de Relações Exteriores, Milton Rondó Filho; o secretário-adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, João Pinto Rabelo Junior; o secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sérgio Roberto Lopes. (Da Agência Câmara)

## Cícero: Brasil precisa de governo que olhe para o Nordeste

Na opinião do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), o Brasil precisa de um governo que olhe para o Nordeste. Enumerando os problemas de infraestrutura e o



Marcos Oliveira/Agência Senado

apagões em estados nordestinos e com o atraso na transposição do Rio São Francisco. Cobrou também boa vontade do Banco do Nordeste na renegociação

das dívidas dos produtores rurais da região, o senador disse que o governo federal parece ter vergonha de ajudar o Nordeste por pensar que o Bolsa Família é suficiente.

— Queremos um governo que aja, um governo que batalhe, que apresente soluções. Queremos, enfim, um governo que tenha sensibilidade social — afirmou o senador.

## Eduardo Lopes é empossado ministro da Pesca e Aquicultura

O senador licenciado Eduardo Lopes (PRB-RJ) assumiu, ontem, o cargo de ministro da Pesca e Aquicultura em cerimônia com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, e de outras autoridades. Lopes substituiu Marcelo Crivella (PRB-RJ), que retorna ao Senado após dois anos no cargo.



Petio França/Agência Senado

Tomaram posse ainda outros cinco ministros: Miguel Rossetto, no Ministério do Desenvolvimento Agrário; Gilberto Occhi, no das Cidades; Clelio Campolina Diniz, no da Ciência e

Tecnologia; Neri Geller, no da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Vinicius Nobre Lages, no do Turismo.

## Paim pede que governo receba aposentados do Aerus



Moreira Mariz/Agência Senado

Paim destaca decisão do STF para que a União indenize a Varig

Os aposentados e pensionistas do Aerus — o fundo de pensão dos servidores da Varig — estão em vigília no Salão Verde do Congresso, registrou ontem Paulo Paim (PT-RS). O senador disse esperar que ocorra uma reunião do movimento com representantes do governo nesta semana.

— Estão em estado de alerta esperando que se abra uma rodada de entendimento mediante decisão já tomada pelo Supremo Tribunal Federal, favorável à Varig, que, por sua vez, deve aos aposentados e pensionistas — disse.

O STF condenou a União a pagar indenização à Varig

por perdas decorrentes da inflação, acumuladas em razão da política tarifária adotada pelo governo entre 1986 e 1991. Mas, sem um acordo que antecipe o ressarcimento, a liberação efetiva dos recursos pode demorar anos.

Paim também chamou a atenção para a posse de novos

ministros ontem, especialmente de seu conterrâneo Miguel Rossetto, segundo ele, “um dos mais preparados para comandar a pasta do Desenvolvimento Agrário”.

O senador ainda elogiou a exposição *100 Fotos de 2013 — o dia a dia do Senado*, que pode ser vista no Anexo 2.